

Superior Tribunal de Justiça

**TutPrv no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.140.259 - RS
(2017/0179759-4)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
REQUERENTE : CN ENERGIA S/A
ADVOGADOS : ALEXANDRE CORREA DA CAMARA PASQUALINI - RS017315
ALEXANDRE SCHUBERT CURVELO E OUTRO(S) - RS062733
RODRIGO FÜHR DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RS102081
REQUERIDO : UNIÃO
INTERES. : AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de tutela provisória requerido por CN Energia S.A. por meio da petição de e-STJ, fls. 668-691, requerendo, com urgência, seja a ANEEL intimada a dar cumprimento à tutela provisória concedida, determinando à CCEE que promova o repasse dos créditos da agravada limitando a interferência dos ônus financeiros decorrentes do GSF ao máximo de 5% (cinco por cento).

É o relatório.

Constata-se das informações eletrônicas disponíveis neste Tribunal que o Agravo em Recurso Especial n. 1.140.259/RS, no bojo do qual se formulou o presente pedido de tutela provisória, já se encontra julgado por esta Corte de Justiça por decisão proferida nesta mesma data.

Dessa forma, esvaziado encontra-se o objeto do presente pedido, o que leva ao reconhecimento da perda do objeto.

Vários são os julgados do Superior Tribunal de Justiça no sentido da prejudicialidade do pedido de concessão de efeito suspensivo quando já julgado o recurso ao qual se buscava atribuí-lo, os quais se aplicam, analogicamente, à presente hipótese.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM TUTELA PROVISÓRIA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. JULGAMENTO DO RECURSO. PEDIDO PREJUDICADO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. De acordo com a jurisprudência desta Corte, a decisão que julga o recurso, ainda que não tenha transitado em julgado, prejudica a medida cautelar que buscava lhe atribuir efeito suspensivo, por perda de objeto (AgRg na MC 25.363/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/09/2016).

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no TP 11/SP, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/5/2017, DJe 30/5/2017)

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO PARA QUE SEJA CONCEDIDO

EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE *FUMUS BONI IURIS* E *PERICULUM IN MORA*. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO JÁ JULGADOS. PERDA DE OBJETO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.

1. Cuida-se de pedido de concessão de tutela provisória de urgência incidental, consistente na atribuição de efeito suspensivo aos Embargos de Declaração às fls. 1041-1053.
2. Requer o embargante "a atribuição de efeito suspensivo aos embargos declaratórios opostos nestes autos, a fim de sustar a constrição da vultosa quantia de R\$ 666.576,49 (seiscentos e sessenta e seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e nove centavos), em curso perante a instância de origem (doc. 1)." (fl. 1084, grifo acrescentado).
3. Esclareça-se que ora requerente possui os meios processuais próprios para impugnar o valor do cálculo na primeira Instância e que por se tratar de cumprimento provisório de sentença, *in casu*, não se vislumbra o *fumus boni iuris* nem o *periculum in mora*. Portanto, correta a decisão monocrática, que indeferiu o pedido para que seja concedido efeito suspensivo aos Embargos de Declaração.
4. No mais, verifica-se que o agravante pede que seja concedido efeito suspensivo aos Embargos de Declaração, contudo os Embargos já foram julgados às fls. 1151-1158.
5. Com o julgamento dos Embargos de Declaração, o presente Agravo Interno perdeu o seu objeto.
6. Agravo Interno prejudicado.
(AgInt no AREsp 456.078/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/4/2017, DJe 5/5/2017)

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO CIVIL. PERDA DE OBJETO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PREJUDICADOS.

1. Verifica-se a perda de objeto do mandado de segurança, uma vez que o recurso especial, ao qual foi concedido efeito suspensivo pela decisão impugnada no *mandamus*, já foi julgado.
2. Mandado de segurança extinto. Embargos de declaração prejudicados.
(EDcl nos EDcl no AgRg no MS 22.619/DF, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/3/2017, DJe 29/3/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA MEDIDA CAUTELAR. PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL JULGADO, COM TRÂNSITO EM JULGADO. PERDA DO OBJETO DA CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO PENDENTE DE JULGAMENTO, NO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

- I. Agravo interno interposto contra decisão monocrática publicada na vigência do CPC/2015, que deu por prejudicada a Medida Cautelar que objetivava dar efeito suspensivo a Recurso Especial, já julgado pelo STJ, com trânsito em julgado.
- II. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a decisão que julga o recurso, ainda que não tenha transitado em julgado, prejudica a medida cautelar que

Superior Tribunal de Justiça

buscava lhe atribuir efeito suspensivo, por perda de objeto" (STJ, AgRg na MC 25.363/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/09/2016).

III. Da mesma forma, "não compete ao Superior Tribunal de Justiça apreciar pedido de efeito suspensivo a recurso de apelação pendente de julgamento perante a Corte de origem" (STJ, AgRg na MC 8.925/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, DJU de 01/02/2005). Em igual sentido: STJ, MC 4.605/RJ, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJU de 04/11/2002.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt na MC 22.420/DF, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/12/2016, DJe 15/12/2016)

Ante o exposto, declaro prejudicado o exame do presente pedido de tutela provisória.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator